

CONTRIBUINDO PARA DESVELAR A COMPLEXIDADE DO COTIDIANO ATRAVÉS DA PESQUISA ETNOGRÁFICA EM PSICOLOGIA

Leny Sato¹ e Marilene Proença Rebello de Souza²
Instituto de Psicologia - USP

Este artigo tem como objetivo argumentar a favor da riqueza da abordagem etnográfica no âmbito do estudo da vida de pessoas em locais de trabalho, tomando como referência pesquisas desenvolvidas com esta abordagem na escola pública, na fábrica e no transporte coletivo urbano. Centramos nossas reflexões em dois aspectos da pesquisa de campo: o estar no campo e a coleta de “dados” em uma abordagem dessa natureza. A abordagem etnográfica tem se mostrado importante instrumental no sentido de compreender como as pessoas coletivamente constroem e dinamizam processos sociais, como a subjetividade se expressa, como atribuem significado às situações sociais que ganharam uma organização formalmente constituída.

Descritores: Metodologia qualitativa. Etnografia. Pesquisa. Psicologia. Trabalho. Educação.

Esse artigo tem como objetivo tornar públicas algumas notas e reflexões sobre a pesquisa etnográfica na área da psicologia, a partir de experiências de utilização dessa metodologia em pesquisas desenvolvidas sobre a vida das pessoas nos locais de trabalho.³ Assim sendo, trata-se de um artigo

1 Endereço para correspondência: Instituto de Psicologia. Av. Prof. Mello Moraes, 1721, São Paulo, SP - CEP 05508-900. E-mail: lenysato@usp.br

2 E-mail: mprdsouz@usp.br

3 Neste artigo os exemplos apresentados referem-se a situações de trabalho na escola pública, na fábrica e em transporte coletivo urbano.

baseado em experiências de pesquisa em contextos urbanos em uma sociedade ocidental e complexa em termos de estrutura e dinâmica sociais e por contemplar a multiplicidade cultural. Sendo a etnografia um tema caro à antropologia são extensos os debates, a bibliografia e posicionamentos acerca do trabalho de campo etnográfico entre os antropólogos. Esse artigo aproveitou-se desse conhecimento acumulado, privilegiando os temas relativos ao trabalho de campo propriamente, buscando problematizá-los e argumentar em favor da pertinência e da riqueza da abordagem etnográfica no âmbito do estudo de problemas sobre os quais a psicologia tem se debruçado. Ou ainda, mais especificamente, como as pessoas coletivamente constroem e dinamizam os processos sociais, como a subjetividade se expressa, como as pessoas vêm e criam situações sociais em espaços que puderam ganhar uma organização formalmente constituída (regras, horários, atividades, papéis etc...) pela gerência.

Segundo Rockwell (1986), a etnografia tem sua origem na Antropologia Social, sendo também utilizada na Sociologia de tradição inglesa, principalmente onde a primeira é considerada parte da segunda. Para Hammersley e Atkinson (1983), a etnografia é simplesmente um método de pesquisa social, alimentando-se de ampla gama de informações, utilizado por pesquisadores de distintos campos. É definida como uma pesquisa sobre e nas instituições baseada na observação participante e/ou em registros permanentes da vida diária nos locais e contextos em que ela naturalmente acontece. Segundo Wolcott (1987), a etnografia é um método que tem servido a muitos propósitos e propiciado dados para pesquisadores de várias abordagens teóricas e diferentes disciplinas. A racionalidade da observação participante, ou a análise de falas tem sido encontrada num grande número de sociologias interpretativas⁴ e construtivistas,⁵ sendo central para a teoria da Antropologia Social (Delamont & Atkinsons, 1990). Assim, essa concepção afasta-se do funcionalismo e do estruturalismo deslocando-se do eixo das macro-análises para as relações cotidianas que compreendem não somente aspectos micro-

4 Ver a esse respeito Erickson (1986).

5 Ver a esse respeito Corcuff (1997).

sociais mas que, em sua face local, resgata aspectos da história particular e de sua relação com determinantes sociais e culturais que a cercam. Rockwell (1986), nesse sentido, considera que o estudo etnográfico aborda o fenômeno ou o processo particular, mas sem que se exclua este processo da totalidade maior que o determina e com o qual mantém certas formas de relacionamento. Metodologicamente, implica em complementar a informação de campo com aquela relativa a outras ordens sociais e buscar interpretações e explicações a partir de elementos externos à situação particular. Assim sendo, não se realizam estudos *de* caso, mas estudos *sobre* casos. É também Peirano (1995) quem dedica extensa reflexão, partindo de autores como Clifford Geertz e Victor Turner, sobre o significado mesmo dos casos estudados para a busca do universal e da construção teórica. Geertz, continua Peirano (1995), defendia que se estudavam *em* aldeias, e não aldeias, pois são nesses locais que se estudam conceitos centrais das ciências sociais, como, “integração, racionalização, símbolo, ideologia, *ethos*, revolução, visão de mundo, sagrado, cultura” (p. 50). Assim, o local e o particular são espaços possíveis para desenvolver o trabalho empírico, no qual processos mais gerais podem ser descritos e compreendidos, bem como conceitos e teorias podem ser construídos.

Outra raiz de interesse pela etnografia vem no bojo dos questionamentos “neo-marxistas” mais globais sobre o papel dos atores, das micro-situações e da historicidade da constituição do social. Constrói-se um “presente histórico,” em vez de um “presente sistêmico.” Isto é, um presente

em que se reconheçam os vestígios e as contradições de múltiplos processos de construção histórica e não um presente que suponha a coerência de um sistema social ou cultural acabada. Para conseguir isto, é necessário integrar a informação histórica local (documental e oral) e geral com a análise etnográfica.” (Charlot, 1992, p. 73)

A pesquisa etnográfica também é compatível com concepções como a etnometodologia de Garfinkel (1967), para a qual qualquer atividade cotidiana é prenhe de complexidade; para os contrutivistas e interacionistas simbólicos, como Peter Berger e Thomas Luckmann, George Mead, Erving

Goffman, Michel de Certeau, Serge Moscovici; para o construtivismo estruturalista de Pierre Bourdieu, dentre outros. Trata-se de abandonar o distanciamento entre o indivíduo e a sociedade ou entre o objetivo e subjetivo.

A etnografia desnuda o real, pondo em evidência, como afirma Charlot (1992), acerca do estudo na escola,

a situação por trás do sistema, a interação por detrás da estrutura, o sentido por detrás da função, o ator por detrás do agente ou “diante de” ou “através de” ou “suporte de” ou “realidade de,” segundo as problemáticas de base à qual cada um esteja ligado e, dessa maneira, traduz a exigência de um trabalho sobre articulação do micro com o macro-educativo e mais além, do micro com o macro-social. (p. 73)

Para Erickson (1986), o que diferencia uma pesquisa qualitativa de outros enfoques é a decisão do pesquisador de utilizar como critério básico de validade os significados imediatos e locais das ações, definidos como ponto de vista de seus próprios atores. Concebido dessa maneira, o trabalho de campo permite responder a importantes questões para a pesquisa, tais como: o que está acontecendo especificamente nesta ação social que ocorre num determinado cenário particular? Que significados têm para os atores nela envolvidos? Como outras pessoas se fazem presentes neste mesmo cenário? Como se relaciona um cenário específico com o seu entorno, com outros níveis do sistema dentro e fora do próprio cenário? Como se comparam as formas de organização da vida diárias neste cenário com outras formas de organização da vida social mais ampla? (Erikson, Florio, & Buschman, 1980 citado por Erickson, 1986).

A etnografia se faz presente dentro da concepção naturalista como o método de pesquisa social por excelência, inclusive como o único método que considera que qualquer descrição do comportamento humano requer a compreensão dos significados locais para descrevê-lo. Esta abordagem metodológica, por alinhar-se a concepções interpretativas, pressupõe que a realidade seja construída socialmente, expressando-se nas práticas, nos discursos e nas instituições criadas. Por esse motivo, essa abordagem demanda, no processo de pesquisa, a compreensão da cultura que estamos estudando, não podendo se dar a partir de procedimentos estandarizados.

Segundo Rockwell (1991) a etnografia se caracteriza por: a) documentar o não documentado; b) obter, como produto do trabalho analítico, sempre uma descrição; c) permanecer longamente no campo; d) interpretar e integrar conhecimentos locais à elaboração da descrição; e) construir conhecimentos, descrever realidades particulares buscando relações relevantes às inquietações teóricas mais gerais. Quanto à característica descritiva da abordagem etnográfica, Peirano (1995) tece críticas a uma possível concepção empirista da etnografia, aliada ao privilegiamento do “popular” e do “cotidiano,” a qual poderia conduzir à elaboração de estudos sustentados pela “observação desarmada e a crítica do participante” (p. 13), nos quais quase transcrições de falas constituem os relatórios de pesquisa. E é essa autora quem adverte:

... a etnografia não é algo que se faz espontaneamente, nem que a inclinação ou o talento podem ser dispensados. Contudo, meras descrições de um fenômeno de uma cultura em termos de outra são um arremedo necessariamente pobre da prática antropológica e, por definição, estão condenadas a não passar de afirmações de um tipo popularesco - aquilo que Fábio Wanderley Reis chama de o estilo jornalístico que invade as ciências sociais. É importante, então, reter a idéia de que as observações realizadas não só para descrever o curioso, o exótico ou o diferente por si mesmos (pelo natural interesse que despertam), mas também e principalmente para universalizá-los. São essas duas direções - a especificidade do caso concreto e o caráter universal da sua manifestação - que levam a antropologia a um processo de refinamento de problemas e conceitos e não, como propalam os estereótipos a respeito do seu empirismo, a um acúmulo de informações sobre situações bizarras ou, quando falta talento, a “longos depoimentos em estado bruto das mulheres da periferia.” (Peirano, 1995, pp. 18-19)

É também Rockwell (1986) quem assim descreve o trabalho do etnógrafo, apontando, aqui, o alcance de elaborações teóricas a partir de situações particulares, bem como a relação do pesquisador com as teorias e com as suas hipóteses de saída:

O etnógrafo observa e paralelamente interpreta. Seleciona do contexto o que há de significativo em relação à elaboração teórica que está realizando. Cria hipótese, realiza uma multiplicidade de análises, reinterpreta, formula novas hipóteses. Constrói o conteúdo dos conceitos iniciais, não o pressupondo. Ao deparar-se com o aparente “caos” da realidade, que costuma provocar de imediato juízos

etnocêntricos, o pesquisador aprende a abandonar a formulação abstrata e demasiadamente precoce, pois é necessário “suspender o juízo” por um momento. Assim é possível construir um objeto que dê conta da organização peculiar do contexto, incluindo as categorias sociais que expressam relações entre os sujeitos. No duplo processo de observação e interpretação, abre-se a possibilidade de criar e enriquecer a teoria. (Rockwell, 1986, p. 50)

A etnografia é uma estratégia que informa o trabalho de pesquisa, rica para o estudo dos processos e interações sociais, das práticas e das representações. Possibilita por todas as suas características, acessar a complexidade, a singularidade, a “arte de fazer,” como diz Certeau (1994), que constituem as atividades diárias das pessoas.

Contando com as características acima, a riqueza e a pertinência dessa abordagem nos estudos da área da psicologia sobre os processos de interação social colocam-se, do ponto de vista teórico, em função de alguns motivos: primeiro porque nesses processos as expressões pessoais, singulares e comuns, podem ser acessadas de diversas formas - instituições criadas (formas de relação, códigos, ritos, regras, valores, etc.) e práticas - sendo a verbalização apenas um dos canais de sua expressão. Conforme estudado pela etnometodologia, há métodos criados cotidianamente pelas pessoas para lidarem com situações e problemas diversos, onde regras tácitas são construídas, recriadas e reproduzidas pelas pessoas, muito embora, a sua existência não ascenda ao simbólico e não sejam objetos de verbalização. Além disso, conforme proposto também pela etnometodologia, a linguagem tem como característica a indicialidade, ou seja, há uma série de significados não ditos mas que guiam as conversações cotidianas e possibilitam a relação intersubjetiva (Garfinkel, 1967). Isto significa que o estudo da subjetividade não se restringe ao que as pessoas “pensam ou conhecem,” mas ao que “faz sentido” para elas, porque pode estar no âmbito dos costumes, uma espécie de segunda natureza, incorporada em hábitos, “um comportamento inercial, induzido e habitual” (Thompson, 1993, p. 2) entranhando, portanto, no terreno do inefável, pois embora “estabelecido e cristalizado, não está *formulado* em lugar nenhum” (Malinowski, 1986, p. 35). Em segundo lugar porque é importante, para o estudo desses processos, conhecer o contexto material no

qual as interações se dinamizam - a escola ou a fábrica - e, nesse sentido, a observação direta e a observação participante mostram-se como ferramentas importantes, já que as expressões das pessoas são contextualmente referidas. Desta forma, além destas, o emprego de técnicas como entrevistas e conversas informais, num contexto contemporâneo e real, como fala Yin (1990), tem se mostrado fértil.

Embora muitos possam ser os aspectos passíveis de discussão, optou-se por fazê-la especificamente sobre o “estar no campo,” tema esse que tão ricamente a etnografia explora e nos serve de referência não apenas para o desenvolvimento de pesquisas desse tipo, mas nos conduz a questionamentos sobre alcances e limites de outras abordagens metodológicas, tanto as ditas qualitativas como as ditas quantitativas. Vinculado a esse recorte, também traremos alguns elementos para o debate sobre os processos de coleta e análise de “dados.”

Trabalho de campo: processo de convivência entre pessoas

Ao optarmos por uma abordagem etnográfica, optamos por nos inserir num local com pretensões de pesquisa, onde nós somos os pesquisadores e as pessoas do local o “objeto” a ser pesquisado. Porém, esse é um ponto de vista nosso, pois há outros - o das pessoas do local - para as quais nós também nos constituímos em objeto de pesquisa e isso tem implicações para o “estar no campo” e para a condução a ser adotada nessa relação entre pessoas. Embora apenas para fins didáticos, continuaremos a nos referir ao pesquisador e às pessoas do local pesquisado, ambos são pesquisadores, na medida em que olham acontecimentos, constroem “fatos,” analisam-nos e nos interpretam, com finalidades e, talvez, com instrumentos distintos. Essa pesquisa guia os comportamentos. Ambos falam ou deixam de falar coisas em função das concepções prévias ou criadas no decorrer dessa convivência. Para as pessoas do local interessa saber quem somos, porque nos interessamos por conhecê-las, por conhecer seu dia-a-dia, os jeitos de se comportar e se relacionar; interessa também saber qual a utilidade - benéfica ou maléfica

- que nossa pesquisa terá; qual a nossa real intenção, não expressa; como pesquisaremos: com questionário, com perguntas?; também se mostram curiosos para saber se escreveremos um livro, se contaremos para os nossos alunos como é a vida deles e, sobretudo, interessa também saber quem somos, o que fazemos, como vivemos. Assim, o fornecimento e o ocultamento de informações ao pesquisador serão controlados pelas representações que essas pessoas criam sobre “quem é o pesquisador.” E o mesmo ocorre conosco. Essa atitude investigativa das pessoas do local em relação ao pesquisador o insere numa relação na qual a assimetria é menor do que ele eventualmente possa imaginar e isso tem implicações diretas para o seu trabalho de pesquisa. Essa assimetria no relacionamento deixa de ser motivo de surpresa quando vemos a pesquisa de campo como um processo de convivência entre pessoas. Sendo assim, não são apenas as regras e rigores metodológicos que nortearão a qualidade da pesquisa, mas a qualidade do relacionamento entre o pesquisador e as pessoas do local pesquisado.

Não existe, como refere Rockwell (s.d.), entrada neutra em campo. Sempre entramos vinculados a alguém, a alguma instituição, a alguma instância, as quais ocupam posições em relação às pessoas do local. Ainda que não tenhamos sido convidados para pesquisar aquele local, alguém permitiu nossa entrada e nossa convivência ali, tem poderes e interesses em relação àquelas pessoas, e isso define a posição que ocupamos na visão das pessoas do local, ainda que não compartilhem dos mesmos poderes e interesses dos nossos interlocutores iniciais. Nunca teremos certeza se nossas reais intenções serão apreendidas pelas pessoas do local e apenas o tempo de convivência poderá dizer. O fato de não utilizarmos instrumentos visíveis de investigação e de estarmos ali, com eles, passando horas e horas observando, conversando, andando, muitas vezes como qualquer outro visitante o faria, é também motivo de curiosidade e, talvez, de apreensão. Estarmos ali, muitas vezes desprovidos de caneta e papel⁶ é motivo de curiosidade sobre como estamos fazendo a pesquisa, como saberemos o que falar, afinal, as pessoas

6 Nem sempre registramos as informações durante a permanência em campo, valendo-nos da memória para, posteriormente, registrá-las.

do local também têm uma visão sobre o que é pesquisa, como se pesquisa e para quê ela é feita.

No início dessa convivência, inclusive pela falta de familiaridade com os espaços, com os processos, com as regras e com as rotinas do local, o pesquisador tem que se haver com a busca de informações sobre quais os comportamentos adequados, quais as vestimentas a serem usadas, quais os perigos existentes;⁷ ou seja, como estar e se comportar no local. Embora não façamos parte daquele grupo, há determinadas regras válidas para qualquer um que passe do portão pra dentro. Nesse primeiro momento a pesquisa se concentra em nós mesmos e o que nos guia é uma curiosidade inicial, a necessidade de nos situarmos no local, cuja vinculação com os objetivos de nossa pesquisa é menos direta.

Ainda no início existem aquelas pessoas que, com certa cerimônia, com muita curiosidade mas também com certo despojamento, aproximam-se do pesquisador, o qual, a depender do contexto estudado, pertence a uma classe social diferente, tem experiência de vida diferente, mora em bairros providos de mais recursos, é e convive com pessoas “letradas.”⁸ Há, por certo, pessoas do local que consideram aquela uma oportunidade de contato privilegiada pois inusitada e não possibilitada naturalmente pelo seu universo de relação cotidiana, não se intimidando para pesquisar como é viver num mundo diferente, como ele funciona, como é esse cotidiano. Há também aquelas que solicitam informações ou favores pois, supostamente, o pesquisador é alguém que tem contatos.

Também sempre existirão os informantes privilegiados que, mais do que pessoas do local, comportam-se como auxiliares do pesquisador, distanciando-se do papel desempenhado no local e, por isso, adotando uma postura de co-pesquisador. Há pessoas que demonstram profunda compreensão

7 Este é um aspecto importante quando se trata de estudo em fábricas.

8 No caso da pesquisa no contexto fabril essas diferenças são claramente visíveis pela aparência física e modos de se comportar e falar. No caso da pesquisa em educação, o contato entre o pesquisador e os pais de alunos das escolas públicas da periferia denunciam as diferenças de classe.

sobre o trabalho de pesquisa, tal qual o fazemos. Aparecem espontaneamente, em geral manifestando sua apreciação distanciada sobre o local, sobre as pessoas, sobre os papéis sobre os poderes, denunciando regras tácitas e dando “dicas” sobre o que realmente acontece, que não é dado ao público de imediato. Em geral, são guias importantes para o pesquisador e, muitas vezes, tomam o pesquisador como cúmplice ou confidente. Experiência nesse sentido viveu-se em pesquisa na escola em que uma servente passa a contar a história da escola, dando informações importantes para o contexto da pesquisa. Embora não previsto pelo pesquisador, essa pessoa tornou-se um informante importantíssimo.

Nem sempre percebemos, mas o pesquisador também acaba por construir uma rotina em sua estada no campo, a qual parece construída para nos organizarmos, para criarmos pontos de apoio.⁹ Nessa organização de uma rotina, dividimos nosso tempo, construímos e conquistamos espaços materiais e simbólicos, conquistamos um lugar para nos movermos no local. Ela é criada a partir de possibilidades dentro da rotina, da divisão dos tempos e de espaços do local, dando-se no seu interstício¹⁰ e, portanto, induzida pelo relacionamento com as pessoas, pelo funcionamento, pelas regras e rotina do local, por nossa curiosidade e objetivos. Nela também ficamos sabendo quando é possível conversar, em quais locais nos postarmos, quando devemos

9 Onde guardar nossos pertences, por exemplo. Fazer-se presente em locais privados aos professores, no caso da escola.

10 Em trabalho de campo desenvolvido junto a motoristas de ônibus urbanos, normalmente dirigíamo-nos ao ponto inicial das viagens, contactávamos todos os motoristas, cobradores e fiscais de linha presentes e depois acompanhávamos todas as viagens de um motorista. Nos carros, sempre nos colocávamos no primeiro banco de passageiros do lado da porta ou postávamo-nos, em pé, ao lado do motorista. Já em trabalho de campo realizado em uma fábrica, sempre deixava bolsa e outros pertences sobre um armário na sala da supervisão de fábrica, conversávamos com os supervisores por alguns minutos e depois andávamos na fábrica propriamente, onde conversávamos ou cumprimentávamos operários de todas as linhas em funcionamento. Fazíamos um pausa durante o horário de café ou de jantar dos operários, com os quais partilhávamos de suas companhias para fazer as refeições e, após esse horário, visitávamos outras secções da fábrica.

nos distanciar para não atrapalhar o andamento das atividades e, também, não provocarmos situações de risco.

Passado o momento inicial que, em geral, traz algumas dificuldades, pois o pesquisador não tem familiaridade com o local, com as pessoas, com as regras explícitas e tácitas, a pesquisa propriamente dita pode dar-se com mais tranquilidade; porém, sempre, como nos informa Goffman (1985), a relação face-a-face pode ser concebida a partir da metáfora dramática, onde o controle sobre as informações do mundo subjetivo é irredutivelmente individual e, nesse sentido, Zaluar (1986) nos alerta para o risco de as pessoas do local informarem somente o que consideram que o “pesquisador branco, culto e erudito deseja ouvir ... ou, nestes tempos de revolta, aquilo que ela[s] acha[m] que o pesquisador branco, rico e dominador precisa ou deve ouvir” (Zaluar, 1986, p. 119). Assim, o pesquisador deve estar atento para o risco de obter apenas informações caricaturais e, portanto, sem valor para a construção de uma verdadeira pesquisa.

Diferentemente de outras estratégias e desenhos metodológicos, onde se conta com um protocolo norteador dos comportamentos a serem adotados na coleta de dados em que muitas vezes padronizam-se as falas, a forma de apresentação dos pesquisadores aos sujeitos pesquisados, na pesquisa etnográfica é o pesquisador, a cada pesquisa, a cada dia e com cada pessoa que vai, paulatinamente, construindo as estratégias para colher informações (Rockwell, s.d.), ou, como aponta Peirano (1995), ao referir-se a Evans-Pritchard, não há “cânones possíveis na pesquisa de campo” (p. 44). Essa característica do trabalho de pesquisa etnográfica leva alguns pesquisadores a se questionarem se é possível o ensino dessa postura metodológica.

Essa aparente liberdade anárquica, sem regras quaisquer para manter o rigor metodológico, na verdade não é tão livre assim, ou pelo menos não deveria ser, sob pena de nada encontrarmos. Peirano (1995) diz que existe uma “crença de que a criatividade pode superar a falta de disciplina e a carência de um *ethos* científico” (p. 32), o que pode conduzir a inconsistências importantes. E é aqui que se recoloca uma questão clássica nas ciências, qual seja, a relação sujeito-objeto, mais precisamente, a implicação da subjetivi-

dade do pesquisador no processo de construção de conhecimento. A pesquisa etnográfica é terreno fértil para esse debate, inclusive por se tratar de abordagem na qual as longas estadas no campo, ou seja, a convivência, é a estratégia privilegiada de pesquisa. Assim, as impressões, o impacto, aquilo que leva o pesquisador a ressaltar como figura e a distanciar como fundo, é um processo nem sempre por ele percebido, uma vez que não existem protocolos ou instrumentos que funcionem como anteparo do pesquisador frente ao fenômeno, e as repercussões disso para o trabalho de pesquisa são postos em questão de modo radical. E, parece-nos, justamente por não prover o pesquisador desses instrumentos, é que dele requer maior disciplina e maior rigor, até porque, nessa orientação metodológica, não temos como recortar a realidade do local previamente. Ela se apresenta em sua totalidade, mostrando situações e acontecimentos que, ao menos a princípio, parecem nada estar relacionados com nossos objetivos e com nosso objeto. Assim, é fácil sermos seduzidos por questões que do campo emergem e que podem nos conduzir a outras pesquisas. Num questionário numa entrevista estruturada ou numa observação nas quais um *check-list* deva ser seguido, evita-se que nossa atenção seja desviada; porém, perdemos a possibilidade de conhecer outros fenômenos. A inexistência desses instrumentos que sirvam de feixes colocam-nos a questão: o quê olhar?, o quê privilegiar?, como registrar nossos acontecimentos de campo? o quê é dado? etc...

Muito embora não existam regras, parece-nos que a felicidade do trabalho de pesquisa nessa perspectiva deve contar com alguns nortes. Em primeiro lugar, uma das principais âncoras é a clara delimitação do objetivo do estudo e da natureza do objeto, os quais nos informam as formas através das quais o objeto se expressa. Reconhecer a existência, ainda que implícita na maioria das vezes, de que vamos ao campo com teorias e com hipóteses, e estarmos prontos a colocá-las em suspensão ou a refutá-las diante do que nesse processo de encontro observamos é uma postura importante. O processo de pesquisa etnográfica requer do pesquisador que preste muita atenção nele mesmo, uma vez que é a sua relação com as pessoas do local e dele com as teorias e hipóteses que gerarão os achados. Ou seja, é preciso que continuamente estejamos nos perguntando: o quê estamos fazendo? Essa

constante postura interrogativa possibilita-nos questionar o que nos parece familiar e, portanto ao que nos faz sentido, pois aos eventos que assim concebemos conseguimos atribuir significados. Ao lado disso, também devemos angariar esforços no sentido de prestar atenção àqueles acontecimentos que nos parecem pouco importantes.

Em segundo, seguir o que as pessoas do local indicam, o que o tempo todo acontece: “*you não vai no vestiário das mulheres?*,” “*you devia conversar com as pessoas no refeitório na hora do almoço.*”

É inevitável que organizemos os acontecimentos em figura e fundo, é também difícil conseguirmos prestar atenção nas diferentes cenas que se nos apresentam. Conseguimos apreender apenas a cena na qual nos inserimos, vemos apenas os diálogos nos quais somos interlocutores, não conseguimos evitar que as pessoas, ao perceberem nossa presença, interrompam suas conversas. Apesar do grande esforço, não conseguimos entender muitos dos diálogos que as pessoas travam entre si e os sinais não verbais que induzem práticas e comportamentos, pois, por sermos estrangeiros, não dominamos a indicialidade que a linguagem comporta. Muitas das palavras e expressões criadas pelas pessoas do local, apesar de empregarem o português comum a todos nós, ganham significados distintos, que apenas podem ser compreendidos naquele contexto.¹¹ Da mesma forma, os sinais não verbais ganham significado à luz dos contextos nos quais se inserem e os motivam. Compreender todas essas *nuances*, apreender a pertinência dos acontecimentos em relação ao nosso objetivo de pesquisa requer a prolongada convivência de modo a entender a cultura do local e, também, de modo a nos inserirmos na paisagem como algo familiar a quem as pessoas já atribuíram algum significado. Por tratar-se de uma convivência, a familiaridade deve ser construída reciprocamente. Assim, outros acontecimentos só se fazem presentes quando não nos constituímos em uma visita ou em uma aberração no local; quando o nosso exotismo passa a se tornar familiar e passamos então a fazer parte da paisagem. No âmbito fabril, no início, todas as pessoas parecem iguais, parecem se comportar igualmente, principalmente quando usam unifor-

11 Vide Sato (1993).

mes.¹² Nesse momento não são pessoas que se apresentam, são indivíduos muito parecidos que desempenham seus papéis sociais e, assim, apenas conseguimos apreender a estrutura e não o cotidiano. No caso da escola, a proximidade com as experiências de escolarização vividas por todos os que passaram por ela parece encobrir seus aspectos diários, as nuances das relações, as sutilezas de seu funcionamento.

Por tudo isso, o trabalho de campo etnográfico é extensivo e não intensivo. Os acontecimentos somente virão com o tempo e, também, os significados. Segundo Erickson (1986) é fundamental estar atento à invisibilidade da vida cotidiana. É preciso questionar aquilo que parece “natural” a nossos olhos, suspeitar do “corriqueiro,” do “trivial,” estranhar o aparentemente familiar. Essa dificuldade se reflete nos registros de dados. Em muitos registros, principalmente os primeiros, por vezes utilizamos, na descrição de episódios observados, categorias comumente construídas, mantendo a tendência de rotular imediatamente, interpretar muitos episódios ao invés de descrevê-los.

Em terceiro lugar perceber a cada momento as diversas “dicas” que o campo fornece, perceber as insistências, as contradições e as ambigüidades; estar atento aos diversos acontecimentos e ter paciência com a demora com que muitos deles passam a ser relevantes. Enfim, estar no campo em busca de informações que levem à construção de uma pesquisa exige uma postura flexível, porém vigilante, sob pena de dele sairmos com muitas informações, mas nenhuma pesquisa.

Dados, acontecimentos e fatos ...

A orientação etnográfica posiciona-se claramente em favor da não dicotomização entre as etapas de coleta e análise de “dados,” configurando-se o “estar no campo” como um constante diálogo entre a natureza do objeto, as hipóteses de trabalho e o que o campo “fala.”

12 No caso de um estudo realizado em fábrica, todos os operários usavam calça e camisa branca, sapatos brancos e toucas.

Empregamos nesse momento a expressão “dados,” por ser a mais comumente adotada, mas é necessário refletir sobre ela. O “dado” é algo que se “dá,” “o que se apresenta à consciência como imediato, não construído ou não elaborado” (Ferreira, 1986, p. 517). O emprego do termo “dado,” portanto, nos remete a uma determinada concepção de realidade - o realismo - que advoga a “idéia de que existe uma realidade independente do pesquisador cuja natureza pode ser conhecida, e que o objetivo do pesquisador é produzir relatos que correspondem àquela realidade” (Hammersley, 1992, p. 43). Por outro lado, a concepção construtivista defende a idéia de que as “pessoas *constróem* o mundo social, tanto através de suas interpretações sobre ele e através de ações baseadas nessas interpretações” (Hammersley, 1992, p. 44). Caso se adote essa segunda compreensão, o substantivo “dado” seria melhor substituído por “fato,” pois designa “coisa ou ação feita; caso, acontecimento, feito” (Ferreira, 1986, p. 761).

A nossa experiência de trabalhos de pesquisa com a utilização da orientação etnográfica tem reforçado a pertinência da segunda concepção. Quando iniciamos o trabalho de campo com um projeto em mente, inevitavelmente o fazemos com hipóteses sobre a expressão do fenômeno buscado, mesmo reconhecendo que essa imagem é fruto de uma construção simbólica concebida *a priori* e, portanto, provisória. Ela opera como um crivo através do qual procuramos evidências no campo que em nenhum momento é condescendente conosco. Pelo contrário, ele continua a se exibir em nossa frente com uma espécie de liberdade infantil e brincalhona, desafiando nossas pretensões e sendo exigentes conosco. Muitos acontecimentos se apresentam aparentemente norteados por um *non-sense*, aparentemente desvinculados de qualquer lógica em relação a nosso objeto de pesquisa. Em vista disso, tendemos, em vários momentos, a menosprezar uma série de acontecimentos e a relevar apenas aqueles que parecem se aproximar da nossa imagem inicial. A tendência, ao dedicar-mo-nos ao registro sistematizado dos acontecimentos em diários de campo, é desprezar tais acontecimentos e aqui um esforço é necessário: o de nos esmerarmos em anotar tudo, mesmo que não identifiquemos sentido, lógica e organização.

Em nossa experiência, a sensação de estarmos em meio a um mosaico de acontecimentos aparentemente sem ligações com as nossas preocupações tem nos tomado por meses. São acontecimentos cujo significado, para ser apreendido, exige mais do que a descrição da organização do processo de trabalho, das vivências, das situações e contextos de trabalho e das relações. Por esse motivo - o tempo necessário para compreendermos o significado dos acontecimentos - o nosso controle sobre o tempo para realizar e concluir o trabalho de campo é muito pequeno. A depender do objetivo temos dedicado de 4 a 9 meses para essa atividade, com periodicidade de 2 ou 3 vezes por semana.

Mas quando podemos dizer que o trabalho de campo acabou? Quando conseguirmos esboçar esquemas interpretativos e testá-los. E isso só é possível quando, após seguidas leituras dos acontecimentos de campo, simultaneamente ao cotejamento das hipóteses, pudermos transformar tais acontecimentos em “fatos.” Isto significa que os “dados” não estão lá, prontos para serem colhidos, mas, ao contrário, os acontecimentos estão lá, prontos para sofrerem um processo interpretativo e só assim serem transformados em “fatos,” que são, portanto, os acontecimentos significativos. Reforçando a abordagem construtivista, diferenciamos os “acontecimentos” dos “fatos.” Os “acontecimentos” independem do pesquisador, se processam e conformam o dia-a-dia do local estudado. Os “fatos,” por sua vez, são os acontecimentos significativos, que assim se transformaram em virtude de um trabalho de interpretação do pesquisador, e apenas por isso possibilitam a compreensão da realidade estudada. É a partir desses “fatos” que poderão ser criadas as matrizes de leitura analítica dos registros de campo para então se alcançar as sínteses.

Também em função da concepção construtivista torna-se claro o posicionamento da etnografia em favor da não dicotomização entre estar no campo e analisar seus acontecimentos. No entanto, após a conclusão do trabalho de campo, a partir da construção das matrizes de leitura dos acontecimentos e “fatos,” opera-se um laborioso trabalho a partir do qual podem ser elaboradas as sínteses.

Reflexões finais

Consideramos que a utilização da abordagem etnográfica no âmbito da pesquisa em psicologia é importante instrumental para a construção de conhecimentos sobre as pessoas - no caso, sobre a vida das pessoas nos locais de trabalho - por envolver um longo trabalho de estada no campo, possibilitando elaborar sínteses “ecologicamente válidas” (Hammersley, 1992, p. 192); ou seja, que estejam contextualizadas à realidade.

A diversidade dos acontecimentos, em geral contraditórios e ambíguos, provenientes dos diversos momentos do trabalho de campo dificulta traçar conclusões que nos pareçam prontas e, se não fôsse por “um pequeno detalhe,” seriam perfeitamente transponíveis a essa realidade específica. Justamente, em função desses “pequenos detalhes” podemos compreender, através da aparência dos fenômenos empíricos, o significado que garante a particularidade dos modos de ser. Além disso, porque há condições para a produção dos discursos, é necessário conhecer cada contexto particular para compreender os significados atribuídos localmente aos conteúdos das falas.

A pesquisa etnográfica também nos leva a considerar que será o tempo de convivência o meio pelo qual as particularidades, os jeitos de ser, os modos de representar poderão ser expressos de maneira a dificultar que as pessoas exibam apenas aquilo que avaliam que o pesquisador deve ou quer escutar, possibilitando, então desvelar processos criados pelas pessoas em sua vida diária.

Sato, L., & Souza, M. P. R. (2001). A Contribution Towards Revealing the Complexity of the Everyday life by Means of the Ethnographic Research in Psychology. *Psicologia USP*, 12 (2), 29-47.

This article aims at arguing in favour of the richness of the ethnographic approach for the study of people’ s lives in their working places, grounded upon researches carried out under such approach in state school, factory and collective urban transport. Two aspects of the fieldwork have been focused:

being in the field and collecting “data” under such approach. The ethnographic approach has been evidenced as an important tool for understanding the way people collectively build up and put the social processes into practice, the way the subjectivity is manifested and how the meaning of social situations that are endowed with a formally constituted organisation is attributed.

Index terms: Qualitative methodology. Ethnography. Research. Psychology. Work. Education.

Referências

- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes. (Originalmente publicado em língua francesa em 1990)
- Chauí, M. (1993). *Conformismo e resistência: Aspectos da cultura popular no Brasil* (5a ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Charlot, B. (1992). A etnografia da escola. *Em Aberto*, Brasília, 11 (53).
- Corcuff, Ph. (1997). *As novas sociologias. Construções da realidade social*. Sintra, Portugal: Ed. Vral.
- Delamont, S., & Atkinson, P. (1990). Writing about teachers. *Teaching and Teacher Education*, 6 (2), 111-125.
- Erickson, F. (1986). Qualitative research on teaching. In M. Wittrock, *Handbook of research on teaching*. New York: MacMillan.
- Ferreira, A. B. H. (1986). *Novo dicionário da língua portuguesa* (2a ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Garfinkel, H. (1967). *Studies in ethnomethodology*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Goffman, E. (1985). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes. (Originalmente publicado em língua inglesa em 1959)
- Hammersley, M. (1992). *What's wrong with ethnography? Methodological explorations*. London: Routledge.
- Hammersley, M., & Atkinson (1983). Qué es la etnografía? In *Ethnography. Principles in practice* (B. Ruiz, Trad.). New York: Tavistock.

Contribuindo Para Desvelar a Complexidade do Cotidiano Através da Pesquisa...

- Malinowski, B. (1986). Introdução: O assunto, o método e o objetivo desta investigação. In: E. R. Durham (Org.), *Malinowski* (Coleção Antropologia). São Paulo: Ática (Originalmente publicado em língua inglesa em 1953).
- Peirano, M. (1995). *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Darumá.
- Rockwell, E. (s.d.). *Reflexiones sobre el proceso etnográfico (1982-85)*. Mexico: Centro de Investigación y Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional. Mimeografado.
- Rockwell, E. (1986). Etnografia e teoria na pesquisa educacional. In J. Ezpeleta & E. Rockwell, *Pesquisa participante*. São Paulo: Cortez.
- Rockwell, E. (1991). Ethnography and critical knowledge of education in Latin America. *Prospects*, 21 (2), 156-167.
- Sato, L. (1993). A representação social do trabalho penoso. In M. J. P. Spink (Org.), *O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.
- Thompson, E. P (1993). *Customs in common. Studies in traditional popular culture*. New York: The New York Press.
- Wolcott, H. F. (1987). Ethnography at the crossroads: A reply to Hammersley. *British Educational Research Journal*, 13, 297-307.
- Yin, R. K. (1990). *Case study research: Design and methods*. Beverly Hills: Sage
- Zaluar, A. (1986). Teoria e prática do trabalho de campo: Alguns problemas. In: R. C. L. Cardoso (Org.), *A aventura antropológica: Teoria e pesquisa* (pp. 107-125). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Recebido em 10.02.2001

Aceito em 05.10.2001